

Londrina Iluminação S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do
Auditor Independente**

Em 31 de março de 2024 e 2023

SUMÁRIO

	Página
Relatório de Revisão de Informações Intermediárias.....	03
Balanço Patrimonial	05
Demonstração do Resultado do Período	06
Demonstração do Resultado Abrangente	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	08
Demonstração dos Fluxos de Caixa	09
Demonstração dos Valores Adicionados	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	11

Relatório de revisão de informações intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Londrina Iluminação S.A
Londrina - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Londrina Iluminação S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 - Investimentos, a Companhia possui investimento na Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., no entanto, em razão da investida apresentar patrimônio líquido negativo nos últimos anos, o valor do investimento foi reduzido a zero. Embora no exercício de 2023 referida investida tenha apresentado patrimônio líquido positivo no valor de R\$ 567 mil, esse patrimônio líquido somente ocorreu devido ao recebimento em doação, do imóvel sede da empresa, avaliado em R\$ 15.647 mil. Em razão de que não havia, naquela época, expectativa de geração de resultados positivos para recuperação do investimento realizado, a Companhia optou por não reconhecer contabilmente o resultado da equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2024, a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. encerrou o trimestre com o patrimônio líquido positivo no valor de R\$ 1.251, em decorrência, exclusivamente, do reconhecimento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela Prefeitura Municipal de Londrina, no patrimônio líquido, no montante de R\$

2.075. Considerando que o resultado do trimestre gerado pela investida foi negativo em R\$ 1.391 e que o saldo positivo do patrimônio líquido no trimestre resulta, integralmente, do AFAC efetuado pela Prefeitura, em 31 de março de 2024 não houve o reconhecimento de equivalência patrimonial na Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

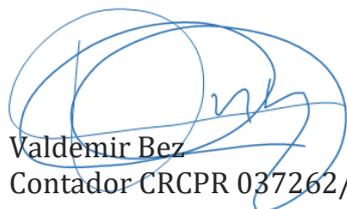
Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária individual do valor adicionado, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que esta demonstração não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Maringá - PR, 31 de outubro de 2024

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador CRCPR 037262/O-2

	Nota Explicativa	31/03/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.486	4.693	Fornecedores	11	5.350	9.253
Contas a receber de clientes	6	3.737	2.299	Obrigações sociais	12	1.073	1.002
Créditos vinculados	7	2.272	-	Obrigações tributárias	13	185	156
Estoques	8	12.134	15.249	Dividendos a pagar	14	1.638	1.638
Impostos a recuperar		294	63	Outras obrigações		9	6
Outros créditos		32	37				
Despesas do exercício seguinte		7	17	Total do passivo circulante		8.255	12.055
Total do ativo circulante		19.962	22.358	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Obrigações sociais		-	-
Investimentos	9	-	-	Obrigações tributárias		-	-
Imobilizado	10	435	444	Receitas a apropriar	7	1.909	-
Intangível	10	401	7	Total do passivo não circulante		1.909	-
Total do ativo não circulante		836	451	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	5.422	5.422
				Reserva legal		690	690
				Reserva de lucros		4.642	4.642
				Resultado do Exercício		(120)	-
				Total do patrimônio líquido		10.634	10.754
Total do ativo		20.798	22.809	Total do passivo e patrimônio líquido		20.798	22.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/03/2024	31/03/2023
Receita Bruta		10.850	7.372
Deduções da Receita Bruta		(698)	(522)
Receita Líquida	16	10.152	6.850
Custos dos Serviços Prestados	17.1	(8.928)	(5.461)
Lucro Bruto		1.224	1.389
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	17.2	(1.391)	(1.080)
Outras Receitas/(Despesas)	17.3	(37)	4
Resultado da Equivalência Patrimonial		-	-
Resultado Operacional		(204)	313
Despesas Financeiras		(7)	(1)
Receitas Financeiras		71	124
Resultado Financeiro	18	64	123
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(140)	436
Provisão para IRPJ	13	12	(103)
Provisão para CSLL	13	7	(40)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(120)	293
Lucro (Prejuízo) por Lote de 1.000 Ações		(0,02)	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(120)	293
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	<u>(120)</u>	<u>293</u>
Lucro (Prejuízo) por ações (Lote de 1.000 ações)	<u>(0,02)</u>	<u>0,07</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Reserva de Lucros			Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	4.387	561	4.862	-	9.809
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Resultado do Período				293	293
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2023	4.387	561	4.862	293	10.102
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	5.422	690	4.642	-	10.754
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Resultado do Período	-	-	-	(120)	(120)
Destinação do Prejuízo:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2024	5.422	690	4.642	(120)	10.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	(120)	293
Depreciação e amortização	42	37
Baixas do ativo imobilizado	-	-
Resultado ajustado	(78)	330
Varição em:		
Clientes	(1.438)	658
Créditos Vinculados	(2.272)	-
Estoques	3.115	(867)
Impostos a recuperar	(231)	(5)
Outros créditos	5	(5)
Despesas do exercício seguinte	10	(13)
Fornecedores	(3.903)	(941)
Obrigações sociais	71	(18)
Obrigações tributárias	29	(19)
Outras obrigações	3	21
Receitas a apropriar	1.909	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(2.781)	(859)
Atividades de investimento		
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(426)	(47)
Alienação de Imobilizado e Intangível	-	-
Aquisições de investimentos	-	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(426)	(47)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	-	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.207)	(907)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.693	5.979
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.486	5.072
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.207)	(907)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas	10.855	7.376
Vendas de serviços	10.850	7.372
Outras receitas	5	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	8.203	4.804
Materiais aplicados na prestação de serviço	6.526	3.809
Custos dos serviços prestados	1.179	518
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	457	477
Perdas ou Recuperação de Valores Ativos	41	-
Valor adicionado bruto	2.652	2.572
Depreciação e Amortização	42	37
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.610	2.535
Valor adicionado recebido em transferência	71	124
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	71	124
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.681	2.659
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.681	2.659
Pessoal	1.725	1.370
Remuneração direta	1.276	1.017
Benefícios	352	278
FGTS	97	75
Impostos, taxas e contribuições	1.069	996
Federais	870	847
Estaduais	4	5
Municipais	195	144
Remuneração de capitais de terceiros	7	1
Juros	7	1
Remuneração de capitais próprios	(120)	293
Dividendos	-	-
Lucros (Prejuízos) retidos	(120)	293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Londrina Iluminação S.A. (“Companhia” ou “Sociedade”) é uma sociedade de economia mista de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, sob CNPJ 21.514.376/0001-94, tendo como objeto social:

- a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental, incluindo decorações ornamentais em datas comemorativas;
- b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
- c) montar, reparar e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização, inclusive semáforos, em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se das Tecnologias de Informação e Telecomunicações;
- e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
- f) prover operação, planejamento e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
- g) participar de SPE – Sociedade de Propósito Específico com natureza de empresa limitada ou sociedade anônima com um objetivo específico;
- h) participar de sociedades, empresas, consórcios e afins, correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional;
- i) prestar serviços administrativos, financeiros e outros que sejam necessários ao regular desenvolvimento empresarial de suas subsidiárias, controladas e/ou coligadas, que direta ou indiretamente possuam participação social da Sociedade, podendo para tanto firmar contratos de gestão e/ou outros instrumentos normativos com os mesmos;
- j) realizar serviços de podas e retirada de árvores de toda a cidade de Londrina, bem como de seus distritos, a fim de potencializar e assegurar a eficiência do sistema de iluminação pública.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), a moeda funcional da Sociedade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 08** – Estoques;
- **Nota 10** - Imobilizado (vida útil e valor residual);
- **Nota 20** – Contingências;
- **Nota 19** - Instrumentos financeiros.

3. Determinação do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Sociedade podem exigir a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial

quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

4.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

4.4. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Eventualmente alguns ativos podem passar por revisão da sua vida útil.

As vidas úteis estão mencionadas abaixo, exceto pelas benfeitorias em propriedades de terceiros, em que a amortização é realizada de acordo com os contratos de aluguel celebrados:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos
Instalações	10 anos

4.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras, além de eventuais descontos concedidos por fornecedores.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso e despesas bancárias. Também são reconhecidos os juros e multas incorridos sobre itens do passivo, ainda que não liquidados, para permitir que os valores expressem de forma fidedigna a situação na data do encerramento das demonstrações.

4.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, e apenas se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

Sociedade é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	52	11
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.435	4.681
Total	1.486	4.693

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB ou Fundos de Investimentos lastreados em títulos públicos, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. O consumo de caixa observado no trimestre está intimamente ligado ao aumento do saldo da conta clientes e redução do saldo a pagar de fornecedores.

6. Contas a receber de clientes

Referem-se a prestação de serviços executados, a serem recebidos nos próximos meses. Em 31 de março de 2024 o valor a receber dos clientes totalizava R\$ 3.737. Em 31 de dezembro de 2023 o total era de R\$ 2.299.

7. Créditos Vinculados

A Companhia foi contemplada através da Seleção Pública MCTI/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação 06/2022 com o valor de até R\$ 5.869 para o desenvolvimento do projeto “Sistema de Telegestão de Iluminação Pública Inteligente”. Os recursos, a fundo perdido, são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e serão repassados em quatro parcelas à Londrina Iluminação, tendo sido recebida a primeira no trimestre. A contrapartida da Londrina Iluminação será de até R\$ 2.410. Ao final do projeto espera-se que a Sociedade possua sua própria tecnologia (hardware e software) de telegestão da iluminação pública, devidamente patenteada e em funcionamento no parque de iluminação. Os valores recebidos foram alocados inicialmente no ativo circulante e não são considerados caixa e equivalentes de caixa, por possuírem destinação vinculada. A contrapartida, a princípio, deu-se no passivo não circulante, pois não espera-se o reconhecimento de receitas com a subvenção no curto prazo. As receitas serão reconhecidas nos termos do CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais ao longo ou ao final do projeto e são isentas de Pis, COFINS, IRPJ e CSLL. No trimestre não foram reconhecidas receitas ou despesas vinculadas à subvenção. Os desembolsos realizados no trimestre destinam-se ao desenvolvimento de hardware e estão reconhecidos como Pesquisa e Desenvolvimento no Intangível.

8. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias, modernização e novas obras de implantação na rede de iluminação na cidade de Londrina, no montante de R\$ 12.134 em 31 de março de 2024, dos quais R\$ 5.537 referem-se a serviços em execução (serviços em andamento). Comparativamente, o saldo do estoque em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 15.249. A redução substancial no valor dos estoques deve-se à finalização e medição do contrato da decoração natalina. Espera-se uma redução ainda maior nos próximos trimestres dada a finalização do contrato de modernização viária e ornamental, prevista para o mês de julho.

9. Investimentos

A participação na investida, Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. é registrada na contabilidade pelo método de equivalência patrimonial. Ao longo do ano de 2023, assim como nos últimos anos, o Patrimônio Líquido da investida encontrava-se negativo. Dessa forma, conforme disposto no CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, não sendo reconhecido na data do encerramento das demonstrações contábeis obrigações legais ou pagamentos em nome da investida, o valor do investimento foi reduzido a zero, sem o reconhecimento, até o momento, de um passivo referente à participação.

a) Positivização do Patrimônio da Investida

Em 31 de dezembro de 2023 a investida encerrou o exercício com patrimônio positivo, devido ao recebimento em doação do imóvel sede da empresa, avaliado em R\$ 15.647. Tal doação decorreu de projeto de lei de autoria do executivo municipal, acionista controlador da investida. Entretanto, com os sucessivos prejuízos alcançados pela investida (sem o reconhecimento da doação o prejuízo seria de R\$ 9.891 no exercício 2023), não esperando a Companhia ser possível, no momento, recuperar valores sobre o investimento realizado, não foi reconhecida a equivalência patrimonial. Destaca-se que, realizado o reconhecimento, ele seria reduzido a zero após teste de recuperabilidade, em atendimento ao CPC 18. Logo, seria nulo, tanto em termos contábeis quanto em fiscais, o reconhecimento da equivalência patrimonial. Caso a investida venha a apresentar lucro ao longo do exercício a situação poderá vir a ser reavaliada ou realizado o *impairment test*.

Embora a investida tenha encerrado o trimestre findo em 31 de março de 2024 com um patrimônio líquido positivo de R\$ 1.251, esse valor decorre exclusivamente do reconhecimento de R\$ 2.075 de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Patrimônio Líquido, realizado unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Londrina, uma vez que a Companhia acumulou um prejuízo de R\$ 1.391 durante o primeiro trimestre de 2024. Dado que o saldo positivo do patrimônio líquido resulta integralmente do AFAC efetuado pela Prefeitura, não foi reconhecida equivalência patrimonial no investimento da Londrina Iluminação em 31 de março de 2024.

b) Participação Acionária:

A participação acionária na investida é apresentada na tabela abaixo. A investida vem recebendo adiantamentos para futuro aumento de capital, por parte do acionista controlador (saldo de R\$ 2.075 em 2024). Não sendo previstos aportes pela Sociedade, a participação acionária será diluída ao longo dos próximos exercícios.

**Companhia de Tecnologia e
Desenvolvimento S.A.**

(a) Participação no capital 31/03/2024	
% Participação	32,55%
Quantidade total de quotas:	47.013 quotas
Quantidade de quotas possuídas:	15.304 quotas
(b) Informação da controlada 31/03/2024	
Capital social	47.013 quotas
Patrimônio líquido	1.251
Resultado do exercício	(1.391)

c) Informações da investida:

	<u>País</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro no Exercício</u>
Em 31 de Março de 2024					
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	Brasil	19.819	18.867	1.251	(1.391)
		19.819	18.567	1.251	(1.391)

10. Imobilizado e Intangível

	Taxa anual de depreciação (%)	31/03/2024			31/12/2023
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	94	(37)	57	56
Equipamentos de informática	20	376	(269)	107	105
Equipamentos eletrônicos	20	53	(42)	11	8
Veículos	20	2.119	(2.059)	60	75
Móveis e utensílios	10	199	(80)	119	115
Ferramentas e acessórios	20	67	(28)	39	41

Instalações	10	46	(9)	37	38
Benfeitorias em Propriedades	*	16	(11)	5	6
Softwares	20	44	(32)	12	8
Pesquisa e Desenvolvimento	*	389	-	389	0
Total		3.403	(2.567)	836	451

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

b) Benfeitorias em Propriedades de Terceiros e Pesquisa e Desenvolvimento

A amortização de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros é reconhecida conforme contratos de locação e suas cláusulas, em especial possíveis reembolsos dos investimentos. Os valores de pesquisa e desenvolvimento não sofrem amortização pois referem-se aos investimentos para o desenvolvimento do sistema próprio de telegestão da iluminação (ver nota 07).

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração realizou a verificação do valor recuperável do imobilizado e intangível, não identificando indicadores de que o ativo imobilizado deveria ter seu valor reduzido por *impairment*. Foram conduzidas análises sobre alguns itens do ativo imobilizado escolhidos considerando critérios como o valor contábil, relevância e data da aquisição. Os itens selecionados foram catalogados e analisados individualmente conforme fontes internas e externas de informação definidas no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tais itens não apresentaram indicadores positivos, dessa forma dispensou-se a realização do *impairment test*. Até o final do exercício a Sociedade verificará a necessidade de realizar o *impairment test*.

d) Movimentação do imobilizado

Eventuais baixas realizadas referem-se exclusivamente a itens que durante a análise e verificação periódica do imobilizado foram considerados inservíveis, ou ainda, que não apresentaram mais as características necessárias para que se mantivessem como ativo imobilizado.

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/03/2024
Máquinas e equipamentos	56	3	-	-	(2)	57
Equipamentos de informática	105	13	-	-	(10)	107
Equipamentos eletrônicos	8	5	-	-	(2)	11
Veículos	75	0	-	-	(15)	60
Móveis e utensílios	115	9	-	-	(5)	119
Ferramentas e acessórios	41	0	-	-	(2)	39
Instalações	38	0	-	-	(1)	37
Benfeitorias em Propriedades	6	0	-	-	(2)	5
Softwares	8	8	-	-	(3)	12
Benfeitorias em Propriedades	-	389	-	-	-	389
Total	451	426	-	-	(42)	836

11. Fornecedores

Referem-se a valores a pagar para fornecedores de materiais e serviços, no montante de R\$ 5.350 e R\$ 9.253, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente. Os valores variam conforme o andamento das obras realizadas pela Sociedade e homologação das licitações e vigência dos contratos. Aquisições de grande vulto normalmente são parceladas de forma a diminuir o impacto no fluxo de caixa.

12. Obrigações sociais

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS a recolher	117	101
FGTS a recolher	34	42
Outras obrigações com pessoal	225	238
Parcelamento Previdenciário	-	-
Provisão para férias e encargos	583	620
Provisão para 13º salário e encargos	114	-
Total	1.073	1.002

13. Obrigações tributárias

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a recolher	31	26
COFINS a recolher	144	121
Imposto de renda a recolher	1	1
Contribuição social a recolher	-	1
PIS, COFINS e CSLL retidos	2	2
ISS a recolher	7	3
INSS a recolher - retenção na fonte NF	1	2
Parcelamentos tributos federais	-	-
Total	185	156

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e da CSLL	(140)	436	(140)	436
(+) Adições	61	11	61	11
(-) Exclusões	-	-	-	-
(-) Compensação Prejuízo	-	-	-	-
Base de Cálculo dos Tributos	(80)	447	(80)	447
. Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	12	(67)	7	(40)
. Adicional do IRPJ (10%)	-	(39)	-	-
. (-) Deduções	-	3	-	-

IRPJ e CSLL no Exercício	12	(103)	7	(40)
IR e CSLL Diferidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL a Pagar	0%	23%	9%	9%

14. Partes relacionadas

As transações realizadas com a controladora, Prefeitura do Município de Londrina (e Instituto de Desenvolvimento de Londrina), a acionista minoritária Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU – LD, e com a investida, Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., são apresentadas na sequência, conforme saldo no ativo e passivo:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Município de Londrina	3.722	383
Instituto de Desenvolvimento de Londrina	-	1.916
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD	15	
Dividendos a Pagar	(1.638)	(1.638)
Total	2.099	661

As transações com partes relacionadas geraram os seguintes reflexos no resultado, em 31 de março de 2024 e 2023:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Município de Londrina	10.423	7.372
Instituto de Desenvolvimento de Londrina	427	
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.	(158)	(165)
Total	10.692	7.207

As transações realizadas junto ao Município de Londrina, destacadas na presente Nota Explicativa, referem-se aos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município e Distritos, Modernização da Iluminação Pública (instalação e substituição de luminárias em Led) e decoração natalina. As despesas contratadas junto à Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (investida), referem-se ao atendimento dos chamados de manutenção da iluminação pública realizados pelos municípios (Call Center) e a serviços de caráter administrativo, incluindo aí as despesas decorrentes do compartilhamento de infraestrutura.

As operações mercantis com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, embora tenham seu valor de mercado avaliadas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários concedidos a diretores (incluindo encargos e provisões para férias e décimo terceiro salário) e conselheiros. Tais valores totalizaram em 31 de março de 2024 R\$ 405, incluindo encargos (R\$ 215 em 2023), e encontram-se registrados nas rubricas despesas administrativas.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de março de 2024 o Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.422 representados por 5.422 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A distribuição das ações do Capital Social subscrito está assim representada:

	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Participação</u>
Município de Londrina	4.964	91,54%
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização	458	8,46%
Total	5.422	100%

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

A Sociedade distribui, em cada exercício social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nele apurado, obedecidas as disposições da Lei nº 6.404 de 1976 e o seu Estatuto Social. Nos termos da legislação e estatuto, poderá a Companhia também realizar a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio. Especificamente em relação ao exercício 2022 foi proposta pela Diretoria Executiva a retenção de todo o lucro do exercício, conforme hipótese prevista no art. 202 §4º da Lei 6.404/1976. A proposta de destinação do lucro bem como as justificativas que a acompanham foram disponibilizadas junto da convocação para a Assembleia Geral Ordinária. Referente a 2023, no entanto, preve-se a distribuição de R\$ 1.638, conforme proposta aprovada pela administração. Tais dividendos já foram alocados no passivo da Companhia, em atendimento ao disposto no §3º art. 176 da Lei 6.404/1976 e Interpretação Técnica ICPC 08, considerando a provável aprovação da proposta de destinação na Assembleia Geral Ordinária.

d) Reserva de lucros

Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 6.404/1976, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados à constituição de reserva de lucros. Sendo apresentando prejuízo no exercício, os valores são compensados junto à conta Reserva de Lucros, conforme legislação societária vigente. Em relação ao exercício 2023 a Sociedade reservou R\$ 816.

16. Receita Líquida

A Companhia apresentou no primeiro semestre uma aceleração no ritmo das obras de Modernização da Iluminação Pública, e, conseqüentemente, um aumento da receita operacional. No ano anterior os contratos de Modernização passavam por um período de transição, causando assim a redução da receita.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita Bruta com serviços prestados	10.850	7.372
(-) Deduções		
PIS	(90)	(68)
COFINS	(416)	(313)
ISS	(192)	(142)
Total da Receita Líquida	10.152	6.850

17. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

17.1. Custo dos serviços prestados

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e encargos	1.209	1.124
Cooperação técnica	-	-
Software	52	51
Material aplicado	6.521	3.802
Call center	100	97
Consumo de combustível	34	34
Manutenção da frota	58	41
Outros serviços de terceiros PJ	458	61
Outros custos	466	223
Depreciação e amortização	30	28
Total	8.928	5.461

17.2. Despesa gerais e administrativas

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e encargos	902	573
Aluguel	153	128
Consultoria em software	17	17
Conselho fiscal	96	84
Suporte corporativo	65	65
Cooperação técnica	-	-
Outros serviços de terceiros PJ	24	10
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Concurso Público	-	107
Outras despesas	112	74
Depreciação e amortização	11	8
Despesas tributárias	11	13
Total	1.391	1.080

17.3. Outras despesas e receitas operacionais

	31/03/2024	31/03/2023
Baixa de Imobilizado	-	-
Resultado negativo da equivalência patrimonial	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	-	-
Perdas	(2)	-
Indenizações	(39)	-
Total das outras despesas operacionais	(41)	-
Resultado positivo da equivalência patrimonial	-	-
Ganho por compra vantajosa em investimentos	-	-
Outras receitas operacionais	5	4
Total das outras receitas operacionais	5	4
Resultado das outras receitas (despesas) operacionais	(37)	4

18. Resultado financeiro

	31/03/2024	31/03/2023
--	-------------------	-------------------

Juros, multas e descontos financeiros pagos	(1)	-
Despesas bancárias e IOF	(7)	(1)
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Total das despesas financeiras	(7)	(1)
Rendimentos de aplicações financeiras	70	124
Multa contratual	1	-
Juros ativos e descontos recebidos	-	-
Total das receitas financeiras	71	124
Resultado financeiro líquido	64	123

19. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	31/03/2024	31/12/2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1.486	4.693
Contas a receber - Partes Relacionadas	3.737	2.299
Outros créditos	32	37
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.350)	(9.253)
Dividendos a Pagar	(1.638)	(1.638)
Outras obrigações	(9)	(6)
Total	(1.742)	(3.868)

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

20. Contingências

A Sociedade, juntamente com suas partes relacionadas, integra o polo passivo em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências passivas, já que não foram identificados processos judiciais em que seja provável a formação de um passivo.

Adicionalmente, a Companhia, com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa, divulga as ações com possibilidade possível de perda, as quais somam o montante de R\$ 543 divididas conforme abaixo.

	Prognóstico
Ações de Cunho Cível	26
Ações Trabalhistas	517
Total	543

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

	Limite máximo Indenização - R\$ Mil
Riscos cobertos	
Veículos	-
Seguro de Responsabilidade Civil	-

Imóveis/Estoque	10.000
Total	10.000

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Fortunato David
Presidente

Florindo Dalberto
Membro

Oscar Alberto Bordin
Membro

Leandro Silva da Rosa
Membro

Fabian Bordon Trelha
Membro

Flávio Marcos Bento Vendramini
Membro

CONSELHO FISCAL

Marta Graciana Parolin Biatto

Marcos José de Lima Urbaneja

Luciana Viçoso de Oliveira

DIRETORIA

Cláudio Sérgio Tedeschi
Diretor Presidente

Cristiane Regina de Camargo Hasegawa
Diretora Administrativo Financeira

Alexander Farias Fermino
Diretor de Operações

CONTADOR

Marcos Vinícius Beffa
CRC PR 071427/O-1